

As dificuldades da tarefa educativa na civilização, segundo Rousseau

Lidiane Brito Freitas

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar como Rousseau estabelece um nexo entre natureza e civilização, no que concerne ao papel da educação como possibilidade de orientar o homem no curso de suas ações. Ao formular uma educação natural, Rousseau não descarta a necessidade de uma formação que engloba aspectos oriundos do processo civilizatório. Essa educação tem a função de equilibrar as diferenças entre a natureza e a sociedade, permitindo que o homem entre no mundo da cultura, sendo guiado pelos princípios da natureza. Fazer uma incursão pelos clássicos da filosofia rousseauiana – *Discursos*, *Contrato Social*, *Emílio ou da Educação* e *Júlia ou a Nova Heloísa* – possibilitará uma reflexão rigorosa sobre conceitos necessários à construção de um entendimento acerca da possibilidade de superação do impasse estabelecido entre natureza e civilização.

Palavras-chave: Natureza; Civilização e Educação.

The difficulties of educational task in civilization, according to Rousseau

Abstract:

The aim of this paper is to analyze how Rousseau establishes a link between nature and civilization, in what concerns the role of education as a possibility of guiding men in the course of their actions. When creating a natural education, Rousseau does not forget the need of an education that encloses aspects from the civilizing process. That education has the task of balancing the differences between nature and society, allowing man to get into the world of culture, being guided by the principles of nature. Studying the classics of Rousseau's philosophy - *Discursos*, *Contrato Social*, *Emílio ou da Educação* e *Júlia ou a Nova Heloísa* - is going to allow a rigorous reflection upon necessary concepts to the construction of an understanding about the possibility of overcoming the established problem between nature and civilization.

Key-words: Nature; Civilization and Education.

Os representantes do século das Luzes identificam a educação como um instrumento de melhoria das condições de vida dos homens. A preocupação com a formação do homem burguês encontra, nesse século, um ambiente propício para as novas diretrizes que serão traçadas, a fim de promover a sua efetiva participação nos direcionamentos da sociedade.¹

Ao formular um processo educativo capaz de garantir ao homem o pleno desenvolvimento de todas as suas potencialidades, Rousseau teoriza uma situação em que o homem vive de acordo com os preceitos da natureza por não contrair os vícios oriundos da vida civilizada. Diante da concepção pedagógica, que valoriza e resgata os princípios da natureza, pode-se compreender o lugar de destaque, que tem Rousseau, no contexto do movimento iluminista.

Ao construir, logicamente, um estado que não existe, que nunca existiu e que talvez jamais existirá, Rousseau não vislumbra, em nenhum momento, a volta ao estado natural (mesmo que fosse possível), como alguns pensadores interpretaram, muitas vezes, ironicamente². Teorizar um estado em que a corrupção não faz parte das relações entre os semelhantes permite construir um argumento sobre os elementos originários da natureza, sem a influência dos aspectos corruptores da vida social. A simplicidade dos costumes denunciava como era radicalmente diferente o homem natural que, bastando-se a si próprio, não necessitava utilizar-se das mais diversas estratégias para conviver com os seus semelhantes.

Não se pode refletir sobre os costumes sem se comprazer com a lembrança da imagem da simplicidade dos primeiros tempos. É uma bela praia, ornada unicamente pelas mãos da natureza, para a qual incessantemente se voltam aos olhos e da

qual com tristeza se sente afastar-se. Quando os homens inocentes e virtuosos amavam ter os deuses como testemunhas de suas ações, moravam juntos na mesma cabana, mas, assim que se tornam maus, cansaram-se com esses espetáculos incômodos e os isolaram em templos magníficos (ROUSSEAU, 1978a, p. 346).

No estado pré-civil, o homem não tinha porque se servir de todas as potencialidades que o capacitariam a garantir melhores condições de vida, uma vez que o seu único objetivo era lutar pela sobrevivência. Aliás, nesse estado, ele não possuía a moralidade que faria dele um ser com consciência e razão. Pela necessidade de aprimorar capacidades adormecidas no estado de natureza, torna-se imprescindível que o homem, imerso na sociedade, utilize essas capacidades para agir e melhor conduzir as suas ações.

Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas idéias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem freqüentemente a uma condição inferior àquela donde saiu, deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem (ROUSSEAU, 1978b, p. 36).

Na sociedade, as disposições originárias da natureza perdem fortemente a influência no modo de vi-

¹ O século das Luzes pode, também, ser considerado o Século da Pedagogia pelas importantes e decisivas discussões travadas pelos seus representantes no que tange ao papel da educação. Os iluministas atribuem à educação um valor imprescindível por acreditarem que, a partir de um ensino voltado para as reais necessidades do educando, poder-se-ia preparar a humanidade para uma era de desenvolvimento em todas as dimensões inerentes à constituição do ser humano.

² Este é o caso de Voltaire. Cf. VOLTAIRE. Carta de Voltaire a Rousseau. *Revista Arca*. Edição organizada por Dorothée de Bruchard. Porto Alegre: Paraula, 1994, p. 55.

ver do homem. Ele passa a valorizar mais as necessidades surgidas com o convívio do que aquelas que lhe proporcionavam um estilo simples de vida, como é o caso da luta pela conservação. Portanto, abre-se o caminho para a corrupção dos costumes: o homem passa a desejar coisas que vão além da satisfação das suas necessidades básicas.

Desperta necessidades e paixões que o homem natural jamais conheceu e coloca-lhe nas mãos os recursos sempre novos para saciá-las sem freios. A sede de dar o que falar de si, a ânsia de se distinguir dos outros: tudo isso nos torna incessantemente estranhos a nós mesmos, tudo isso nos transporta, de certo modo, para fora de nós mesmos (CASSIRER, 1992, p. 217).

Por produzir um cenário, no qual os homens se distinguem radicalmente dos seus semelhantes, afastando-os da condição natural, a sociedade recebe uma severa crítica pelo fato de ser, para Rousseau, a responsável por muitos males que assolam o gênero humano. Contudo, ele ressalta a importância de se aprender a conviver em sociedade, já que a passagem para esse estado é um acontecimento inevitável.

A partir das considerações acerca da maneira pela qual o homem atua em sociedade, é importante destacar a forma artificial encontrada pelos homens para conseguirem conviver com todos os elementos constituintes do estado social, tendo em vista o desenvolvimento de novas disposições e sentimentos próprios da convivência. Acerca do modo artificial de se viver no ambiente social, é possível assinalar:

As “falsas luzes” da civilização, longe de iluminar o mundo humano, velam a transparência natural, separam os homens uns dos outros, particularizam os interesses, destroem toda possibilidade de confiança recíproca e substituem a comunicação essencial das almas por um comércio factício e desprovido de sinceridade; assim se constitui uma sociedade em que cada um se isola em seu amor-próprio e se protege

atrás de uma aparência mentirosa (STAROBINSKI, 1996, p. 35).

Quando Rousseau pensa uma educação da natureza, ele quer assinalar a necessidade de que o processo formativo desenvolva, desde a infância, as disposições originais, no intuito de que o homem não se corrompa pelos diversos elementos existentes na vida civil. O pensamento pedagógico rousseauiano aponta para uma valorização do ser infantil em toda sua espontaneidade, delineando uma nova maneira de conceber uma educação apropriada às crianças.

Compreender a infância como uma fase determinante na vida do ser humano possibilita uma posição contrária ao discurso pedagógico da época, o qual identificava a criança como um adulto em miniatura, sem necessidade, portanto, de um tratamento diferente do que fora estabelecido pelos métodos de ensino vigentes. Proclamar a especificidade infantil significa, para Rousseau, respeitar a ordem da natureza no que concerne ao ritmo de desenvolvimento da criança.

A natureza [...] quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos alterar essa ordem, produziremos frutos precoces que não terão nem maturidade nem sabor e não tardarão a corromper-se; teremos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras próprias de ver, de pensar, de sentir, que lhe são próprias. Nada é menos sensato do que a elas querer substituir as nossas e preferiria exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura a exigir que tivesse julgamento aos dez anos (ROUSSEAU, 1994, p. 486).

A formulação clássica sobre o estado de natureza permite estabelecer uma comparação com a fase anterior ao pleno desenvolvimento físico, intelectual e moral, que se constitui no ponto de partida de todo processo formativo do indivíduo. Por conseguinte, identificar a imaturidade infantil não como uma defor-

mação, mas como um estágio a ser desenvolvido gradualmente, empreende uma revolução nos princípios que nortearão a educação das crianças.

Ao propor não apenas que a infância é uma fase autônoma e diferente da vida adulta, com características próprias que devem ser respeitadas, que o menino não é um “adulto defeituoso” e sim um microcosmo autônomo; mas muito mais que isso, que a criança é superior ao adulto porque ela, com sua inocência natural, tem em si o “estado de natureza” que, para Rousseau, é a condição original de existência: a infância é inocente como o “estado de natureza” (HILSDORF, 1998, p. 77).

A preocupação de que o uso das faculdades não seja antecipado constitui-se numa das principais recomendações feitas por Rousseau no *Emílio*. Ele compreende que as faculdades são despertadas e estimuladas no momento certo, momento este que é prescrito pela natureza. Todavia, a atitude de apressar as atividades do intelecto conduz a uma distorção no processo de constituição do ser infantil. A criança possui um ritmo de desenvolvimento próprio que não pode ser contrariado, a menos que se queira formar um indivíduo incapaz – física, mental e moralmente – de encarar as adversidades próprias da vida.

Tratai-a pois conforme sua idade, apesar das aparências, e evitai esgotar suas forças exercitando-as demais. Se aquele jovem cérebro se esquentar, se virdes que está começando a ferver, deixai-o primeiro fermentar em liberdade, mas não o provoqueis jamais, para que nem tudo se exale; e, quando os primeiros espíritos se evaporarem, retende, comprimi os outros, até que com os anos tudo se transforme em calor vivificante e em verdadeira força. Caso contrário, perdereis vosso tempo e vosso trabalho, destruireis vossa própria obra e, depois de vos terdes indiscretamente embriagado com todos esses vapores in-

flamáveis, só vos restará um resíduo sem vigor (ROUSSEAU, 1999, p. 111).

Admitir que antes da razão outras faculdades devem ser plenamente aprimoradas, tornar-se-ia a prerrogativa daqueles que desempenham a importante tarefa de educar o homem. Em vista disso, os professores devem ser pacientes no que se refere ao uso da razão, pelo fato de ser uma faculdade que necessita de um tempo maior para se desenvolver completamente.

Por conseguinte, a razão é uma faculdade que faz do homem um ser singular pelo fato de proporcionar-lhe a capacidade de orientar as suas ações, haja vista que, aliada à liberdade, ela promove a formação de um ser autônomo. Apesar de ser a responsável por alguns males, é com o desenvolvimento da razão que o homem consegue aprimorar-se moralmente.

Só a razão nos ensina a conhecer o bem e o mal. A consciência que nos faz amar a um e odiar o outro, embora independente da razão, não pode, pois, desenvolver-se sem ela. Antes da idade da razão, fazemos o bem e o mal sem sabê-lo, e não há moralidade em nossas ações, embora às vezes ela exista no sentimento das ações de outrem que se relacionam conosco (ROUSSEAU, 1999, p. 53).

Entendendo a razão como uma faculdade importante para a constituição de um ser bem formado, o que distingue Rousseau dos demais iluministas? Invertendo o pólo norteador do movimento – a plena confiança nos poderes da razão –, ele identifica o sentimento como o verdadeiro princípio do conhecimento. “O aspecto específico e peculiarmente novo que Rousseau proporcionou a sua época parece residir no fato de libertá-la do domínio do intelectualismo. Às forças do entendimento reflexivo nas quais se baseia a cultura do século XVIII, ele opõe a força do sentimento” (CASSIRER, 1999, p. 81).

Ao receber o prêmio da Academia de Dijon, respondendo negativamente à questão proposta: “O restabelecimento das Ciências e das Artes terá con-

tribuído para aprimorar os costumes?”, Rousseau critica o princípio, dominante na época, de ser a razão o instrumento que conduziria a humanidade ao desenvolvimento filosófico, intelectual, cultural e político. E o desenvolvimento moral?

A tese de que o progresso científico e intelectual não levou os homens a um aperfeiçoamento moral permite compreender o lugar ocupado por Rousseau ao questionar o curso do processo civilizatório. A atitude de criticar as bases teóricas do Iluminismo, denunciando o mal desencadeado pelas ciências e pelas artes, evidencia a repercussão que a sua primeira grande obra filosófica teve no círculo dos ilustrados e a importância das suas reflexões no conjunto de idéias do século das Luzes. “O *Discurso sobre as ciências e as artes*, que marca a estréia de Rousseau na carreira literária, é a acusação do mal – do veneno – que atinge as sociedades civilizadas à medida que progredem as funestas luzes, as vãs ciências” (STAROBINSKI, 2001, p. 163-164).

Não menos surpreendente que o fato de alguém que fizera parte do grupo dos iluministas tenha atacado ferozmente o princípio organizador do movimento é a decisão da Academia de Dijon – instituição que representa a República de Letrados – de dar o prêmio a um pensador que se insurgiu contra ela. Desse modo, poder-se-ia identificar o estabelecimento de mais um dos paradoxos recorrentes na trajetória intelectual de Rousseau?

Como ousar censurar as ciências perante uma das mais sábias companhias da Europa, louvar a ignorância numa Academia célebre e conciliar o desprezo pelo estudo com o respeito pelos verdadeiros sábios? Reconheci estes obstáculos e eles de modo algum me demoveram. Não é em absoluto a ciência que maltrato, disse a mim mes-

mo, é a virtude que defendo perante homens virtuosos. É mais cara a probidade às pessoas de bem do que a erudição aos doutos (ROUSSEAU, 1978a, p. 333).

Não obstante a vida e a obra do filósofo se mesclarem, é importante atentar para o fato de que a argumentação rousseauiana, acerca da civilização, possui a consistência necessária para se proceder à resposta de tão importante questão. A fim de identificar a relação entre a vida e a obra do filósofo, pode-se encontrar, nas *Confissões*, a passagem na qual ele narra o momento de iluminação que culminou no nascimento da sua primeira obra filosófica: o *Discurso sobre as Ciências e as Artes*.

Naquela ocasião lembro-me perfeitamente de que, ao chegar em Vincennes, estava numa aflição que raiava o delírio. Diderot percebeu-a; expliquei-lhe a causa e li para ele a prosopopéia de Fabricius, escrita a lápis debaixo dum carvalho. Aconselhou-me a dar largas às minhas idéias e a concorrer ao prêmio. Assim o fiz e desde então fiquei perdido. O resto todo de minha vida e minhas infelicidades foram o inevitável efeito daquele momento de desvario (ROUSSEAU, s/d, p. 375).

Nesse sentido, torna-se relevante indagar: qual o papel da educação? Como é possível o ato de educar o indivíduo para que este participe efetivamente da sociedade? Em suma, qual o papel da educação na crítica à civilização empreendida por Rousseau?

Ao desferir um golpe contra as ciências, ou melhor, ao uso que delas fazem os responsáveis pela educação dos homens, Rousseau empreende um sério questionamento à função da educação³ numa socie-

³ Semelhante à crítica da educação civilizada empreendida no *Primeiro Discurso*, Rousseau faz um severo julgamento acerca da educação da sua época no *Emílio*: “Não posso encarar como instituição pública esses ridículos estabelecimentos chamados colégios. Tampouco considero a educação da sociedade, pois, tendendo essa educação a dois fins contrários, não atinge nenhum dos dois; só serve para criar homens de duas faces, que sempre parecem atribuir tudo aos outros, e nunca atribuem nada senão a si mesmos” (ROUSSEAU, 1999, p. 12-13).

dade civilizada. Quando promove uma crítica à sociedade “iluminada”, o filósofo também se posiciona contra a educação do seu tempo. Por conseguinte, já no *Primeiro Discurso* é evidenciado o prejuízo que uma educação má orientada pode causar no processo de formação do indivíduo.

Se a cultura das ciências é prejudicial às qualidades guerreiras, ainda o é mais às qualidades morais. Já desde os primeiros anos, uma educação insensata orna nosso espírito e corrompe nosso julgamento. Vejo em todos os lugares estabelecimentos imensos onde a alto preço se educa a juventude para aprender todas as coisas, exceto seus deveres (ROUSSEAU, 1978a, p. 347).

Segundo Rousseau, uma verdadeira educação tem como finalidade formar o homem para a vida. Nesse sentido, a relação estabelecida entre a educação da natureza, das coisas e a dos homens tornar-se-á fundamental para um entendimento sobre um processo formativo que contempla todas as dimensões da existência humana, produzindo um sujeito autônomo e consciente do seu papel na sociedade da qual ele é parte integrante.

A educação da natureza apresenta-se como o processo em que a criança precisa fortalecer a sua constituição física, demandando, para tanto, uma atividade educativa que estimule tal fortalecimento. Ela deve ser estimulada, desde a mais tenra idade, a trabalhar todas as suas potencialidades, no sentido de formar um organismo sã, forte e preparado para as diversas adversidades.

Em relação à educação das coisas, Rousseau compreende a aprendizagem através dos princípios pedagógicos da observação, associação e expressão; logo, a partir desses três princípios, funda-se um conhecimento, a partir do concreto para o abstrato. Ele ainda salienta a importância de que, nessa fase preparatória, a criança se depare com as próprias coisas antes de elaborar um juízo mais sólido acerca delas.

Os processos de aprendizagem se desenvolvem então em três momentos funda-

mentais: a “observação”, que é o ponto de partida de todo conhecimento, que deve ser colocada no centro da atividade escolar, cujo lema deve ser “poucas palavras, muitos fatos”, usando-se um material bastante variado que deve ser manipulado e observado diretamente pela criança; a “associação”, que organiza, embora de forma elementar, o ambiente que a criança observou na direção do espaço e do tempo, dando lugar aos conhecimentos fundamentais da geografia e da história; a “expressão” que pode ser concreta ou abstrata: a primeira refere-se aos trabalhos manuais, à modelagem e ao desenho; a segunda, à linguagem, ou seja, à leitura e à escrita (CAMBI, 1999, p. 528).

Depois da educação sensitiva, tem-se a educação intelectual, que começa com a constituição de uma razão sólida. Pode-se perceber que, antes dessa fase, Rousseau não fala de educação positiva, uma vez que antes dos quinze anos a razão do homem ainda se encontra em estágio de amadurecimento. Antes dessa idade, Rousseau condena uma educação puramente livresca e erudita, tecendo uma crítica severa aos livros que, neste momento, não permitem às crianças apreender as informações contidas neles, mas apenas exercitam a memorização.

Odeio os livros; eles só ensinam a falar do que não se sabe. Dizem que Hermes gravou em colunas os elementos das ciências, para pôr suas descobertas ao abrigo de um dilúvio. Se as tivesse bem gravado na cabeça dos homens, ter-se-iam conservado por tradição. Cérebros bem preparados são os monumentos onde com segurança se gravam os conhecimentos humanos (ROUSSEAU, 1999, p. 232).

A partir dos quinze anos, começa a educação dos homens, na qual as noções morais e sociais já podem ser trabalhadas, posto que, a essa altura, o aluno tem condições de estabelecer um juízo sobre os ho-

mens e suas relações em sociedade. Através de alguns ensinamentos, Emílio adquire preceitos importantes para a sua inserção na vida coletiva como, por exemplo, o respeito ao bem alheio.

Qual o objetivo da educação na apreciação, a respeito dos progressos da civilização? O que a educação pode fazer no sentido de proporcionar o aprimoramento do indivíduo em todos os aspectos, sobretudo o moral? Se Rousseau entende que o desenvolvimento das ciências relegou a uma posição subalterna o progresso moral, como o processo educativo pode promover uma melhoria da humanidade? Eis estabelecido o paradoxo da civilização: chegou-se a um alto nível de aperfeiçoamento técnico, intelectual, e cultural; contudo, a dimensão que seria primordial para se considerar uma época iluminada foi seriamente sacrificada em prol de uma confiança ilimitada na razão: a dimensão moral.

Quando Rousseau promove uma investida contra a razão, é interessante ressaltar que esse ataque é empreendido não à faculdade em si mesma, mas ao mau uso que dela fizeram os responsáveis pela organização da sociedade. Por conseguinte, Rousseau dá à razão o lugar que melhor convém à sua condição; isto não quer dizer que o seu papel seja minimizado; mas, antes, ordenado de acordo com os preceitos da natureza humana.

Um erro comum a todos os pais que crêem ter luzes é o de supor que desde o nascimento seus filhos sejam capazes de raciocinar, e de falar-lhes como homens antes mesmo que saibam falar. A razão é o instrumento que se pensa usar para instruí-los enquanto os outros instrumentos devem servir para formá-la e enquanto, de todas as instruções próprias do homem, aquela que ele adquire mais tarde e com mais dificuldade é a própria razão (ROUSSEAU, 1994, p. 486).

Analisar a filosofia da educação de Rousseau é buscar a compreensão sobre um processo de formação do indivíduo capaz de proporcionar-lhe as condições viáveis, ou melhor, primordiais para uma efeti-

va participação na sociedade. Repensar a educação permite a Rousseau estabelecer um novo parâmetro para o entendimento acerca das especificidades concernentes à infância e ao ato de educar.

A infância – natural por definição – principia desde cedo a ser degenerada pela nódoa de uma sociedade de máscaras e constrições. A espontaneidade seria vedada em um modelo de educação pautado pela vigilância do social sobre o natural. O custo disso seria, sem dúvida, a felicidade. Para Rousseau, pelo contrário, havia que se buscar no homem o homem e na criança a criança. Com maneiras próprias de olhar e de sentir, a infância seria, ainda, objeto a ser descortinado. Substituir o olhar infantil pela razão adulta seria perturbar a maturação natural exigida pela ordem do tempo (BOTO, 1996, p. 28).

Como formar o homem para o convívio? Como conciliar a natureza e os acréscimos da civilização? Como encontrar um ponto de equilíbrio entre dois conceitos inconciliáveis? Uma educação deve equilibrar a tensão entre a natureza e a sociedade, uma vez que Rousseau formula uma educação que insere o homem no mundo da cultura, permitindo que o mesmo seja orientado mediante os preceitos da natureza.

Investigar como se dá a educação em Rousseau é travar uma forte discussão sobre o papel de uma formação que busca preparar o homem através do desenvolvimento de todas as potencialidades inerentes à sua natureza. Nesse sentido, o *Discurso sobre as Ciências e as Artes* apresenta-se como uma dura crítica à civilização e à educação de seu tempo pelo fato de Rousseau entender que os iluministas privilegiaram o aspecto intelectual, na formação do indivíduo, em detrimento do aspecto moral, identificado, por ele, como o verdadeiro responsável pela melhoria dos homens.

Diante dessa constatação, Rousseau formula uma educação que possibilite o contato do homem com a natureza. Essa educação tem como finalidade proporcionar as condições para que ele possa viver em sociedade

sendo afetado, o mínimo possível, pelos elementos que promovem a degeneração dos princípios originais. Elementos como a desigualdade e o amor-próprio são considerados como responsáveis pelo progressivo distanciamento do homem da natureza. Por essa ra-

zão, Rousseau assinala a necessidade imperiosa de lidar com o impasse estabelecido entre natureza e civilização a partir de um entendimento sobre a importância de uma educação que reaproxime o homem de sua natureza, reorientando elementos próprios da vida civil.

Referências

- BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 1996.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.
- CASSIRER, Ernst. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. *A filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. Campinas: Unicamp, 1992.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Pensando a Educação nos Tempos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. Trad. Wilson Lousada. Rio de Janeiro: José Olympio, s.d.
- _____. *Discurso sobre as ciências e as artes*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978a. (Col. "Os Pensadores").
- _____. *Do contrato social*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978b. (Col. "Os Pensadores").
- _____. *Emílio ou da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Júlia ou a nova Heloísa*. Trad. Fúlvia Maria Luíza Moretto. São Paulo-Campinas: Hucitec/Unicamp, 1994.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *As máscaras da civilização*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sobre a autora:

Lidiane Brito Freitas é licenciada em Filosofia e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é doutoranda em Educação pela mesma universidade. É professora da Faculdade Amadeus. Membro do Grupo de Trabalho Filosofia da Educação (NPGED/UFS) e do Grupo de Estudos de História da Filosofia Moderna/NEPHEM.
E-mail: lidianebrfreitas@zipmail.com.br